



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**

**Ata da 129ª reunião, realizada em 24 de outubro de 2025**

1 Em 24 de outubro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual  
2 de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
3 e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente  
4 Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Marina Guimarães Silva  
5 Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de  
6 Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Anamaria Burle Orlandine Andrade, da Secretaria de Estado de  
7 Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro, da Companhia de  
8 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Alessandro de Oliveira Palhares, da Companhia de  
9 Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Rubens Gilberto da Silva, da Agência Nacional de Mineração (ANM);  
10 Representantes da sociedade civil: Nathalia Luiza Fonseca Martins, do Centro Industrial e Empresarial de Minas  
11 Gerais (Ciemg); Cristiano Monteiro Parreiras, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra);  
12 Gustavo Bleme de Almeida, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Adnailton Campos Ferreira, do  
13 Instituto de Direito Ambiental e Urbanístico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Idau-TAP); Clara Sacramento  
14 Alvarenga, da Escola Superior Dom Helder Câmara; João Augusto Hilário, da Associação dos Engenheiros de Minas  
15 do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta.** **1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o  
16 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 129ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADOS DOS**  
17 **CONSELHEIROS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais uma vez, bom dia a todos, senhores, senhoras  
18 conselheiras, servidores, aqueles que nos acompanham pelo canal do YouTube. Quero dar boas-vindas ao  
19 conselheiro Adnailton Campos. A primeira vez que o senhor está aqui conosco na nossa reunião. A nomeação da Idau  
20 se deu ontem, salvo engano. Que Deus abençoe a sua atuação aqui, conselheiro, seja bem-vindo, e que ela seja  
21 profícua aqui na nossa Câmara. Senhores conselheiros, eu vou passar algumas informações gerais aqui em relação  
22 aos procedimentos da nossa reunião, em virtude da quantidade de inscritos e de algumas solicitações que nós  
23 tivemos aqui no decorrer desta semana em virtude de pelo menos dois processos que estão pautados. A primeira  
24 em relação aos inscritos que fizeram a sua inscrição devidamente, no prazo da reunião, em 1 hora. Informá-los como  
25 se dá a manifestação. A manifestação se dá pelo prazo de 5 minutos. Esse é um direito que os senhores e senhoras  
26 têm de se manifestar, por esse prazo de 5 minutos, sendo 1 minuto de possibilidade de prorrogação, a critério do  
27 presidente da sessão, mais 5 minutos a critério de uma votação pelo Conselho. Lembrando que tanto o prazo de 1  
28 minuto quanto o prazo de 5 minutos são casos excepcionais onde o inscrito não teve tempo hábil para se manifestar  
29 quanto àquele item de pauta. É certo ainda que em relação às manifestações o presidente da sessão – embora eu  
30 nunca tenha feito isso, ou se eu fiz isso foi em pouquíssimas vezes – pode cercear a manifestação quando as  
31 manifestações não são afetas à matéria que está sendo discutida em pauta. Então, só salientando, toda vez que  
32 aqueles inscritos forem se manifestar, eu vou alertar pelo prazo de manifestação, que é de 5 minutos, podendo ser  
33 prorrogado. Outra informação que eu tenho que passar para os senhores é que no decorrer desta semana eu recebi  
34 vários e-mails e solicitações em relação à retirada de ponto de pauta, pedidos de vista, baixas em diligência. Os  
35 pedidos de vista, baixas em diligência e retiradas do ponto de pauta são atribuições ou prerrogativas do conselheiro.  
36 O conselheiro é que pode pedir vista, o conselheiro é que pode solicitar a retirada de pauta ou mesmo a baixa em  
37 diligência, desde que justificado. Então ele tem essas prerrogativas e pode solicitar e justifica por que que está  
38 solicitando referido item ou baixa em diligência ou retirada de pauta ou as vistas. As vistas, nem mesmo o presidente  
39 tem possibilidade de solicitar; somente o conselheiro. Por que eu estou alertando isso? Em algum dos ofícios que eu  
40 recebi, estava solicitando para o presidente solicitar vistas. Eu não posso solicitar vistas, eu concedo as vistas desde  
41 que justificada. É o que está no Regimento. Onde estão essas informações que eu estou passando para os senhores?  
42 Deliberação Normativa 247. Lá estão todas as informações que têm a previsão do nosso Regimento Interno. E aqui  
43 eu aproveito para fazer uma distinção entre baixa em diligência e retirada do ponto de pauta. A baixa em diligência  
44 está conceituada na Deliberação Normativa COPAM 247. Entende-se por baixa em diligência toda aquela informação  
45

ou aquela dúvida que não pode ser sanada no momento da reunião. Então há um questionamento do conselheiro ou houve um questionamento do inscrito, e o conselheiro também vem com esse questionamento, com essa dúvida; essa dúvida não pode ser sanada no momento da reunião; e aí eu questiono à unidade que fez a análise do processo se é possível sanar essa dúvida. Essa dúvida sendo sanada, o processo não se baixa em diligência. A baixa em diligência ou retirada de ponto de pauta tem que ter uma utilidade. Qual a utilidade? É vir posteriormente com aquela dúvida. Mas se ela já foi sanada no momento da reunião não tem a pertinência da baixa em diligência, ela não é necessária. Lembrando que a gente deve diferenciar muito em relação a uma dúvida a ser sanada da dúvida sanada e a concordância com aquela explicação. Eu vou dar um exemplo aqui rapidamente. Por exemplo, eu falo que aquela determinada comunidade faz parte da Área Diretamente Afetada. A equipe que analisou aquele processo informa que conforme os estudos e conforme a análise daquele processo aquela comunidade não é diretamente afetada. E explica por que não é diretamente afetada. A dúvida foi sanada. Eu posso não concordar com aquela explicação, mas falar que a dúvida persiste é equivocado, ou seja, a dúvida foi sanada. Então baixa em diligência é tudo aquilo que não pode ser explicado no momento da reunião. Então o processo é baixado em diligência para que a equipe responsável pela análise do processo possa trazer essa informação posteriormente. E o que é retirada do ponto de pauta? Retirada do ponto de pauta não está conceituada na DN COPAM 247, não está explicado o que se trata a retirada do ponto de pauta. Então nós temos que retirada do ponto de pauta é tudo aquilo que não é baixa em diligência, é qualquer outra necessidade que se faz de retirar o processo de pauta para que ele possa ser posteriormente pautado. Vou citar um exemplo grosseiro aqui. Vamos supor que a equipe responsável pela análise do processo tenha um problema na internet ou está em viagem, não conseguiu vir até a reunião para prestar os esclarecimentos ou fazer os contrapontos daqueles argumentos que foram lançados no momento da reunião. É um caso que poderia ser até tido como baixa em diligência, mas é uma retirada do ponto de pauta. A equipe não está lá para prestar alguns esclarecimentos, retira-se o processo de pauta. Então essa é a divergência. Lembrando que tanto a baixa em diligência, retirada do ponto de pauta e as vistas são uma prerrogativa do conselheiro. O inscrito não solicita, não tem o direito de solicitar a baixa em diligência. 'Ah, mas o inscrito pode solicitar ao conselheiro em sua manifestação que peça vistas ou que peça baixa em diligência ou que peça a retirada de ponto de pauta?' Sim, o inscrito pode solicitar ao conselheiro que solicite uma dessas três alternativas que eu falei para os senhores. Detalhe em relação ao pedido de baixa em diligência e retirada de ponto de pauta: o presidente de qualquer sessão, de qualquer reunião do Conselho, pode fazer isso de ofício. O presidente que está naquela reunião pode fazer isso de ofício, retirar o ponto de pauta ou baixar em diligência. Só que aí nós temos que lembrar de uma função, que está adstrita ao presidente, da legalidade e da motivação dos seus atos. Então o ato tem que ser motivado. Então o presidente para retirar o processo de pauta, para baixar em diligência, precisa de uma motivação. E essa motivação tem que vir de quem? Essa motivação tem que vir do Estado, tem que ser motivada pelo Estado e por aquela entidade ou por aquele órgão que analisou o processo. Aí os senhores podem falar assim: 'Ah, não, mas no meu ofício eu dei todos os subsídios ao presidente para ele solicitar a baixa em diligência ou para ele retirar o ponto de pauta.' Sim, todos aqueles ofícios que eu recebi, as demandas que eu recebi, as moções que eu recebi eu repassei àquele órgão que fez a análise do processo, para saber se é pertinente ou não a retirada do ponto de pauta ou a baixa em diligência. Então quem que tem que me dar o subsídio para estar baixando o processo em diligência, para estar retirando o processo de pauta, embora embasado naquele memorando, nos ofícios ou na moção que eu recebi, é o órgão ambiental responsável pela análise do processo. Eu não posso retirar o processo de pauta no meu achar, eu tenho que ter uma motivação, e essa motivação tem que ser dada por aquele órgão ou por aquela entidade que analisou o processo, que é responsável pela análise do processo. E aí eu aproveito para fazer uma grande distinção entre as minhas funções e as funções em relação à análise do processo. Eu não analiso os processos, principalmente esses aqui que estão na pauta. Eu que sou diretor de controle processual sou responsável pela análise dos processos lá no Norte de Minas. Aqueles sim eu analiso, e posso falar sobre a higidez daqueles processos. Os processos que são aqui pautados, de outras Unidades Regionais de Regularização Ambiental, não são da minha lavra, e eu não tenho que garantir a higidez. Quem garante a higidez desses processos? As unidades que fizeram a análise do respectivo processo. Onde que está isso? Decreto 48.707, lá no artigo 26. Então, se perguntar, 'o senhor presidente pode garantir a higidez do processo, que não tem irregularidade nenhuma?' Não é minha função fazer isso. A minha função é procedural, é falar sobre procedimento e a rigidez do procedimento no decorrer da reunião, e não falar sobre a higidez da análise do processo, que é função da respectiva Unidade Regional de Regularização Ambiental ou da DGR, que fez a análise daquele processo. Feito esses esclarecimentos, eu quero aqui por fim agradecer. Não sei se o Sr. Sandoval está aqui hoje. Sr. Sandoval, o senhor mandou um e-mail, recebi o e-mail do senhor, agradeço o envio da

98 revista. O senhor até pediu no e-mail que eu manifestasse aqui no momento da reunião em relação ao seu envio. Em  
 99 relação à minha dissertação que o senhor pediu, eu fiz o depósito no repositório da Ufop. E assim que eu tiver o  
 100 número e o link do repositório eu encaminho para o senhor e para os demais conselheiros. Eu espero que eu tenha  
 101 esclarecido os procedimentos em relação à nossa reunião de hoje. Peço desculpa por ter me alongado, mas nas  
 102 reuniões passadas foi necessário falar isso mais de uma vez, e parece que não fui muito bem entendido. E sempre  
 103 em uma comunicação nós temos aquele emissor da mensagem, a mensagem, o receptor. Então vou considerar que  
 104 aquele erro ali foi do emissor da mensagem e na mensagem dada. Espero que essas questões tenham sido  
 105 esclarecidas neste momento. Feitas essas considerações iniciais, sem prejuízo de explicá-las posteriormente aqui no  
 106 momento da reunião, eu passo para o item 3, 'Comunicado dos conselheiros.' Algum conselheiro quer fazer uso da  
 107 palavra?" Conselheiro Gustavo Bleme de Almeida/Zeladoria do Planeta: "Tendo em vista neste momento do  
 108 licenciamento ambiental, para ter maior conhecimento dos processos, avaliar o que está sendo acontecido, a  
 109 Zeladoria do Planeta vai solicitar vista em todos os processos da pauta de hoje." Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 110 Trovão: "Obrigado, Sr. Gustavo. Eu vou fazer só o seguinte. Eu não entrei ainda nos pontos de pauta, Sr. Gustavo.  
 111 Quando eu entrar nos referidos pontos de pauta, eu já vou solicitar que o senhor justifique o pedido de vistas, embora  
 112 o senhor já tenha feito aqui neste momento, em relação ao referido item, após a leitura do referido item. Aí eu  
 113 solicito que o senhor faça isso novamente." **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Vânia Mara de Souza  
 114 Sarmento/SE MAD: "Bom dia, senhor presidente. Bom dia, conselheiros. Bom dia a todos que nos assistem pelo  
 115 YouTube. Dar boas-vindas também à Idau-TAP. Com a renúncia da ONG IHMBio, nós fizemos os trâmites internos  
 116 para que fosse convidado o remanescente do processo, conforme Edital de Convocação 01/2022, a Idau-TAP, que é  
 117 uma organização da sociedade civil não governamental, que aceitou o convite. E dar boas-vindas ao Ednailton pela  
 118 presença aqui na reunião. Senhor presidente, continua aberta a consulta pública para receber sugestões à sociedade  
 119 sobre o funcionamento, a estrutura e os mecanismos de participação de dois importantes colegiados estaduais: o  
 120 Conselho Estadual de Política Ambiental e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. A iniciativa  
 121 busca promover melhorias de modernizar a estrutura, o funcionamento dos conselhos envolvidos e garantir maior  
 122 clareza e acessibilidade nos processos decisórios. A meta é fortalecer esses espaços como fóruns de escuta e  
 123 construção coletiva das políticas ambientais do Estado e tem como objetivo garantir que as sugestões refletem a  
 124 diversidade de olhares e experiências da sociedade mineira. As contribuições serão muito bem-vindas e podem ser  
 125 enviadas por meio de formulário eletrônico disponível no site da SEMAD: [www.semad.mg.gov.br](http://www.semad.mg.gov.br). Sigam as redes  
 126 sociais do Sisema e fiquem por dentro das novidades, ações e informações sobre o meio ambiente: [@meioambienteminasgerais](mailto:@meioambienteminasgerais). Uma boa reunião para todos nós. Obrigada." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 127 "Senhores conselheiros, considerando que o conselheiro da Zeladoria da Planeta já informou, para nós ganharmos  
 128 tempo aqui, eu vou inverter a nossa pauta. Eu vou deixar o exame da ata da 128ª reunião, de 26/9/2025, para o  
 129 último item. E eu já vou passar para os processos deliberativos. Antes de passar aos processos deliberativos, eu  
 130 questiono se algum dos senhores ou senhoras se dá por suspeito ou impedido de que trata a Lei 14.184, o nosso  
 131 Regimento Interno, da Deliberação Normativa COPAM 247." Emanuely Alves Aguilar/SE MAD: "Sem manifestações,  
 132 presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então eu vou ler aqui o item como um todo e já peço ao  
 133 conselheiro da Zeladoria do Planeta – e vou questionar também se há mais algum outro conselheiro que vai querer  
 134 vistos em conjunto – que justifique, embora já tenha justificado, mas em item anterior, a solicitação de vistas." **5) EXAME DA ATA DA 128ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 128ª reunião da Câmara de Atividades  
 135 Minerárias, realizada em 26 de setembro de 2025, com a seguinte correção na linha 1.572: onde consta 'Revista  
 136 Ecológica', leia-se 'Revista Ecológico'. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemp, Sindiestra e  
 137 Zeladoria do Planeta. Abstenção: Idau-TAP. Ausências: Codemig, ANM e Dom Helder. Justificativa de abstenção.  
 138 Conselheiro Adnailton Campos Ferreira/Idau-TAP: "Idau-TAP vai se abster da votação da ata, devido à nomeação  
 139 recente." Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação da ata da 128ª reunião da CMI. Felipe  
 140 Gomes/Sociedade civil: "Bom dia a todos novamente. Deixar aqui também o nosso total apoio aos 54 dias de greve  
 141 do Sisema. Dizer que é um absurdo a gente pensar que estão sendo pautados processos sem o aval de servidores de  
 142 carreira. Quando a gente vê as entidades que estão sendo utilizadas para fazer pareceres, é muito preocupante. A  
 143 Comunitas, que foi contratada, subcontratada eu não sei, tem dentro do seu conselho gestor entidades que são  
 144 licenciadas por este Conselho, como a Vale, se eu não me engano, CSN. E como que uma entidade que tem no seu  
 145 conselho empresas que estão sendo licenciadas vai ter isonomia para avaliar de forma adequada processos tão  
 146 graves? Inclusive, é um questionamento que eu já fiz várias vezes aqui. Pensando o Sindiestra, quem que banca?  
 147 Imagino que tenham mensalidades. Eu gostaria de ouvir o conselheiro do Sindiestra. As mineradoras que são filiadas  
 148 149

150 ao Sindiextra pagam mensalidade, anualidade ou qualquer outra contribuição financeira ou fornecem funcionários,  
151 instalações, qualquer coisa? A Fiemg, as mineradoras que são julgadas aqui, elas contribuem financeiramente de  
152 alguma forma ao funcionamento da instituição? Tem alguma doação? Estou perguntando, estou acusando nada, só  
153 perguntando. Porque eu acho muito estranho, na questão do conflito de interesse, isso não entrar. É assustador. E  
154 presidente, dentro dos escritórios que nós enviamos, enviamos para todos os conselheiros, sobre o funcionamento da  
155 última reunião, eu fiz aqui um questionamento e gostaria de ouvir uma informação de você, se você tem essa  
156 informação. Se a conselheira que estava na reunião passada representando a Copasa tem vínculo familiar com  
157 Débora França, investigada da Operação Rejeito. Você sabe, vocês procuraram apurar. E, quando eu falei que você  
158 não tira de pauta, não é isso. Sim, você tira, claro, mas parece que, pela sua fala, fica como se você estivesse se  
159 esquivando, como se você não tivesse responsabilidade de avaliar e tomar essa decisão. Inclusive, no caso dos itens  
160 6.1 e 6.2, ontem mesmo a deputada federal Duda Salabert encaminhou um ofício com pontos gravíssimos. Sobre o  
161 ponto ali já era mais do que suficiente para a retirada de pauta. Penso eu. Claro que o senhor pode discordar. Eu  
162 queria reforçar aqui o coro de que não fazem o menor sentido reuniões exclusivamente virtuais. A pandemia já  
163 acabou, presidente, precisamos de reuniões híbridas. Ninguém está falando de ser só presencial. Porque das outras  
164 vezes que eu falei isso a resposta veio como se a gente estivesse sugerindo reuniões presenciais. Não, estamos  
165 sugerindo reuniões híbridas. Presidente, eu quero ficar na mesma sala que o senhor, eu quero ficar na mesma sala  
166 que os conselheiros. Porque ter chat fechado é assustador. A gente não pode estender uma faixa. No Conselho  
167 Municipal está pior. Nem a câmera eles deixam a gente abrir. Pelo menos aqui eu consigo pôr minha faixa de apoio  
168 à Operação Rejeito, pessoal, a faixa de apoio à greve. Então, presidente, faço aqui um pedido: o senhor na qualidade  
169 de presidente leve para a presidente do COPAM, a senhora secretária, que volte, que faça reuniões híbridas, abre o  
170 espacinho lá na Cidade Administrativa. Vou adorar ir aí tomar um café com o senhor, com os conselheiros, onde for.  
171 Quando teve audiência pública, tem vezes que vocês até alugam o lugar. Então, assim, aposto que na Cidade  
172 Administrativa tem espaço. Arruma um localzinho para a gente ir lá. Vai ser um prazer encontrar cara a cara com os  
173 conselheiros, com o senhor, com todo mundo, com os colegas grevistas, que eu, como ex-servidor do Sisema, se hoje  
174 ainda fosse servidor, certamente estaria de greve. E quando a gente vê os pareceres sendo elaborados por  
175 terceirizados isso é muito preocupante. Pensa o que é isso, pessoal. Com todo esse esquema que a Operação Rejeito  
176 desbaratinou, de pressão. Que, inclusive, o presidente da FEAM, o ex-presidente, que a gente gostaria de saber quem  
177 deu a ordem a Rodrigo Franco. Será que você não ouviu uma fofoca por aí disso não, Yuri? Eu adoraria saber, já que  
178 aí está demitindo por fofoca." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação do Sr. Felipe. Eu  
179 sei que não é ponto da ata, nós estamos discutindo aqui a ata, mas só para prestar um esclarecimento em relação às  
180 manifestações, não só minha, como dos conselheiros. Cabe à Advocacia-Geral do Estado avaliar e interpretar os atos  
181 normativos. Dentro dessas interpretações, nós temos uma nota jurídica que é a Nota Jurídica 91/2019, da AGE.  
182 Quando eu falo que não é a minha convicção e sim a convicção do Estado, por isso eu tenho que ter uma justificativa  
183 do Estado, eu não estou esquivando da minha responsabilidade e sim admitindo que a minha atuação é a atuação  
184 do Estado. E para tanto, para não falar que é a minha fala, eu vou ler parte da nota jurídica. Nota Jurídica 91/2019,  
185 da Advocacia Setorial da AGE do Estado de Minas Gerais. 'Inclusive nessa toada, a AGE afirma que aos conselheiros  
186 são vedados os atos que espelhem exclusivamente suas convicções e posições pessoais em detrimento do  
187 posicionamento de quem representam, mas sim em nome do órgão ou entidade que o indicou. Deve o representante  
188 sempre buscar o interesse público, observar os princípios constitucionais inerentes à atuação da administração, bem  
189 como na temática ambiental zelar pela preservação e conservação do meio ambiente nos termos preconizados no  
190 ordenamento jurídico. Assim não agindo, estará sujeita à responsabilização pessoal nas esferas cível, penal e  
191 administrativa. Fazendo um contraponto, salienta-se que os magistrados ao revés podem ser responsabilizados  
192 quando houver dolo ou fraude em seus atos jurisdicionais. O COPAM foi criado pelo poder público para concretizar  
193 a participação popular e o controle social das decisões e políticas públicas referentes à preservação do meio  
194 ambiente. E por meio das reuniões do COPAM, que possui opiniões de vários segmentos da sociedade, é o púlpito  
195 onde são ponderadas e discutidas culminando a deliberação mais democrática. Ou seja, não é necessário haver  
196 unanimidade e sim a democracia vencendo a maioria. Isto é, inclusive, o que leciona Heron José da Santana.' E aí  
197 cita. Então quando eu me refiro à minha atuação aqui, que é a atuação do Estado, não são minhas convicções pessoais  
198 e sim do Estado. Por isso eu tenho que me basear dentro de um parecer, dentro de uma manifestação daquele órgão  
199 responsável pela análise do processo." Daniel Tygel/Sociedade civil: "Olá a todos, a todas. Quero agradecer ao  
200 presidente, à equipe da CMI, também quero saudar os conselheiros, agradecer por ter concedido aqui o direito de  
201 fala. Eu gostaria de dizer que me surpreende o fato de que nós vamos estar votando aqui, os conselheiros, a ata da

202   última reunião da CMI, haja vista tudo que aconteceu nesse ínterim, o maior escândalo de corrupção, de propinas,  
203   de compra de licenciamento ambiental envolvendo todos os setores dentro da própria FEAM, inclusive, o próprio  
204   COPAM. E a gente aqui está lidando como se nada estivesse acontecido. Eu comprehendo a iniciativa de pedido de  
205   vista de todos os itens, isso foi algo sereno, entretanto, o que nós precisamos, na verdade, é que sejam averiguados  
206   os fatos, que avancem as investigações antes de dar andamento a esses pareceres únicos, que foram gerados por  
207   pareceristas que são contratados, não são de carreira, são indicação claramente política. Eu acompanho há muitos  
208   anos pareceres únicos e sempre elogiei pareceres únicos, fantásticos, dos servidores de carreira do Sisema, que agora  
209   estão em greve porque estão tendo seus direitos aviltados do trabalho que têm, porque faziam trabalho de  
210   qualidade. E agora a gente percebe claramente que quem fez esses pareceres não está entendendo o que está  
211   acontecendo. Isso para dois empreendimentos aqui na nossa região do Planalto Vulcânico do Sul de Minas Gerais,  
212   de classe 6. Que eu não lembro de a gente ter tido avaliação de empreendimento de classe 6. Nós estamos tendo  
213   dois, envolvendo um total de 10 milhões de toneladas de argila para serem atacadas quimicamente por ano. Então  
214   como que nós vamos votar a ata anterior se a gente está tendo um mandato vencido, se a gente está tendo um  
215   COPAM com a sua imagem toda sendo questionada? Agora é a hora de parar, compreender, avaliar e buscar  
216   recuperar a imagem do COPAM através da seriedade, da transparência. Não é o que eu estou vendo aqui. Não era  
217   para ter sido pedido de vista, amigos, era para ter sido iniciativa da própria FEAM e do presidente deste Conselho a  
218   retirada de todos os pontos de pauta para que se pudesse dar visão, dar vazão aos processos de investigação. Porque  
219   se não se faz isso nós podemos estar tendo um processo de estar passando pano para crimes graves que estão sendo  
220   averiguados e que podem estar contaminando esses processos que seriam votados aqui e os que foram votados na  
221   última sessão. Por isso que eu me inscrevi com relação à ata da última reunião. Então, por exemplo, vou dar alguns  
222   exemplos, que são absolutamente primários. Vejam o desconhecimento desses pareceres únicos. Por isso foram  
223   servidores contratados por indicações políticas. Vejam só, a ADA do item 6.2, Área Diretamente Afetada, foi alterada  
224   pelo empreendedor e agora não comprehende só Caldas, ela comprehende os municípios de Caldas e Andradas, pela  
225   alteração que eles fizeram. Ora, se comprehende Andradas, cadê a certidão de localização de Andradas? E no parecer  
226   único cadê a exigência da certidão de localização de Andradas? A Prefeitura de Andradas sequer sabe ou foi  
227   comunicada que agora esse empreendimento comprehende também o município de Andradas. Isso é básico, isso é  
228   primário, não poderia chegar para votação. Segundo, a ADA do item 6.2, o mesmo item que eu estava falando, é  
229   limítrofe à maior cava a céu aberto de urâno da América do Sul, com 100 milhões de toneladas de rejeito, com  
230   barracão e barragens com material radioativo, milhões de toneladas de metais pesados. Essa unidade da INB teve  
231   licenciamento do Ibama aprovado para descomissionamento. Esse fato foi flagrantemente ignorado pelo parecer  
232   único, a necessidade de ter uma autorização do Ibama para saber se não está prejudicando o licenciamento  
233   ambiental do decomissionamento, que pode gerar catástrofe e que compromete a segurança nuclear nacional. Ou  
234   no item 6.1, que é ignorado o fato de que a zona da ADA é limítrofe a um aeroporto. E a lei é clara que em aeródromos  
235   é necessário haver autorização expressa da Anac. E não há sequer no parecer único a exigência dessa autorização.  
236   Então são coisas básicas, coisas de quem não conhece o que está fazendo. Ou pior, pode haver, inclusive, possíveis  
237   contaminações do processo que está sendo investigado na Operação Rejeito. Então nós precisamos parar de fazer  
238   politicagem em cima do cuidado do meio ambiente, cuidar dos servidores do Sisema, acabar com essa greve, através  
239   da valorização desses servidores, porque isso significa sim cuidar do meio ambiente e seriedade. É o que eu peço  
240   deste Conselho, com toda humildade, e nos colocamos à disposição para contribuir com os pedidos de vista para  
241   ajudar nos relatórios de vista através das nossas organizações. Muito obrigado.” Nathalia Francisco/Sociedade civil:  
242   “Senhor presidente, senhoras e senhores conselheiros, eu me chamo Nathalia Francisco, sou pesquisadora do NPGAU  
243   da Universidade Federal de Minas Gerais e moradora da zona sul de Poços de Caldas, área a ser drasticamente  
244   afetada pelo Projeto Colossus, da Viridis. A minha fala vem reiterar questões que foram predominantemente faladas  
245   na reunião de nº 128, no mês passado. Assim como vários participantes apontaram no dia 26 de setembro que as  
246   reuniões da CMI deveriam estar suspensas, deveriam ter sido suspensas, um mês depois estamos aqui novamente  
247   falando sobre a mesma coisa, o que só aumenta a nossa desconfiança em relação ao compromisso do COPAM com  
248   o dever de tomar decisões que levem em conta as graves consequências que os empreendimentos minerários podem  
249   trazer às populações. A gente, infelizmente, tem motivos de sobra para não confiar nos processos de licenciamento  
250   ambiental, e isso é muito triste porque compromete o trabalho de servidores e conselheiros que estão de fato  
251   comprometidos com a responsabilidade social e ambiental no âmbito dessas atividades. Eu venho aqui hoje reiterar  
252   o que foi falado na última reunião, a necessidade urgente de transparência e legitimidade na composição e nas  
253   decisões do COPAM, especialmente no contexto das deliberações da Câmara de Atividades Minerárias, que tem

254 impacto direto sobre o futuro ambiental e social de Minas Gerais. Em junho deste ano, foi publicada a Deliberação  
255 COPAM nº 2054/2025, que prorrogou, com efeito retroativo, o mandato dos atuais conselheiros, inclusive desta  
256 Câmara. Embora amparada formalmente pela legislação, essa medida não foi acompanhada de uma recomposição  
257 efetiva das representações, o que enfraquece a representatividade e compromete a legitimidade do Colegiado. A  
258 situação, claro, se tornou ainda mais grave depois da Operação Rejeito, que revelou irregularidades em processos de  
259 licenciamento e práticas ilícitas envolvendo servidores públicos e conselheiros do próprio COPAM. Um deles  
260 integrante desta Câmara, que foi afastado após a suspeita de recebimento de propina em votações relacionadas a  
261 esses empreendimentos minerários. Casos como esse abalam profundamente a confiança da sociedade e colocam  
262 sob suspeita as decisões que são tomadas neste espaço. Mesmo depois dessas denúncias, a recomposição da CMI  
263 foi parcial e tardia. A recente inclusão do Idau, instituto de desenvolvimento ambiental urbano, em substituição ao  
264 IHMBio, que foi registrada apenas quatro dias antes desta reunião, apesar de manter formalmente a paridade, isso  
265 é insuficiente para restabelecer a confiança pública. É preciso que o COPAM adote uma postura de autotutela  
266 institucional com medidas concretas de transparência, revisão das deliberações ocorridas durante o período sob  
267 investigação. Autotutela se refere ao poder que a própria administração pública tem de rever os seus próprios atos,  
268 sem necessidade de intervenção judicial, corrigindo ilegalidades, abusos ou impropriedades. Eu quero aqui registrar  
269 um reconhecimento importante, ainda dentro do princípio da minha fala, que é a crise deflagrada pela Operação  
270 Rejeito, que só reforçou a desconfiança popular em relação aos processos de licenciamento ambiental, conforme  
271 discutido na última reunião. Mas eu quero registrar aqui que a população de Poços de Caldas, Caldas e toda a região  
272 aqui do nosso Planalto agradece a coerência dos conselheiros que pediram vista em relação aos pontos de pauta 6.1  
273 e 6.2, ainda concordando com o Daniel de que isso deveria ter sido retirado de pauta para não ser necessário só pedir  
274 vista. Mas foi um gesto de responsabilidade e prudência que deve ser acompanhado da continuidade de um  
275 envolvimento mais aprofundado dos conselheiros nesses processos. A gente convida os conselheiros a acessar os  
276 estudos que nós temos produzido incansavelmente, porque esses dois empreendimentos, Colossus e Caldeira, vêm  
277 sendo analisados de forma isolada, como se um fosse existir sem o outro. Esses pareceres favoráveis da FEAM ao  
278 Projeto Colossus e ao Caldeira, aos quais os conselheiros pediram vista hoje, são lastimáveis. E assusta a gente a  
279 velocidade em que isso está tramitando, principalmente porque não nos falta razão para não confiar nesses  
280 processos. A gente pode assegurar para vocês que a maioria gritante da população local não faz ideia do que está  
281 acontecendo aqui. Não existe participação popular efetiva. Então é muito desgastante acompanhar esses processos  
282 da forma tão verticalizada que eles acontecem. Quando a gente avalia tecnicamente os dois em conjunto, a gente  
283 chega a uma conclusão inequívoca: a região do Planalto de Poços de Caldas não suporta a operação simultânea  
284 desses dois projetos, principalmente do ponto de vista hídrico. Os dois representam sérios riscos à segurança hídrica  
285 e à estabilidade ambiental da nossa região, que já enfrenta crises de abastecimento, especialmente nas áreas que  
286 vão ser diretamente afetadas pelo Projeto Colossus. Ainda assim, esses empreendimentos estavam pautados para  
287 votação de forma desintegrada, o que configura uma falha técnica grave, incompatível com o rigor que a gente espera  
288 de um órgão de deliberação ambiental. E tudo isso ocorre no momento em que a população não tem condições de  
289 confiar plenamente nos processos de licenciamento e nem nas deliberações que deles decorrem. Por isso a gente  
290 reitera o pedido..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Nathalia, desculpa interrompê-la, porque o prazo  
291 da senhora extrapolou e eu não estou dando prazo adicional. Por quê? Um dos motivos: nós estamos discutindo aqui  
292 o item 5.1, que é a ata. Na realidade, até agora, quase ninguém falou da ata, está falando de outros assuntos, que eu  
293 entendo que são de suma importância e pertinência em relação à pauta, mas não ao item que é análise da ata. Então  
294 por isso eu não estou dando acréscimo de 1 minuto, que eu poderia, e nem vou colocar em votação acréscimos de 5  
295 minutos, porque não são assuntos pertinentes ao item específico, que é o exame da ata da 128ª reunião. Como eu  
296 disse, entendo de suma importância as colocações. Eu até comentei aqui, tanto a sua fala quanto a fala do Sr. Daniel,  
297 muito bem articulada, com os argumentos válidos, de forma ponderada, mas não é assunto pertinente à ata. Então  
298 não vou dar acréscimo neste ponto e peço àqueles que porventura vierem... Eu sei que o assunto é espinhoso em  
299 relação aos processos que seriam aqui julgados, mas foram objeto de vista, e os senhores terão e as senhoras terão  
300 oportunidade de falar em relação aos mesmos em momento posterior, até mesmo ouvir os argumentos da DGR em  
301 relação se há ou não servidores efetivos que participaram da análise dos processos. Só não é pertinente no momento  
302 que é o exame da ata. Nós estamos aqui fazendo o exame da ata. Então eu peço àqueles que forem se manifestar  
303 que se atenham ao ponto de pauta. Não vou cortar a palavra de ninguém, não vou cercear. Poderia fazer isso,  
304 conforme artigo 44 da Deliberação Normativa COPAM 247. Eu não faço isso, mas peço que se atenham ao item de  
305 pauta." Nathalia Castilho/Sociedade civil: "Bom dia a todos e todas. Eu sou cientista socioambiental formada pela

306 UFMG e também sou natural de Poços de Caldas. Eu gostaria de iniciar a minha fala chamando atenção justamente  
307 para a pauta que está em questão aqui, que é a aprovação da ata da reunião anterior. Considerando este contexto  
308 institucional que o COPAM e esta Câmara de Atividades Minerárias se encontram, não é possível, na minha  
309 concepção, tratar a aprovação dessa ata como um mero procedimento formal. O que está em jogo não é apenas o  
310 registro de uma reunião passada, mas a continuidade de um processo decisório cuja legitimidade está hoje sob sérias  
311 dúvidas. Então a composição atual do COPAM, a gente sabe, é de conhecimento público, que ela opera com  
312 mandados vencidos desde 2025, de maio de 2025. Isso significa que neste momento todas as decisões que estão  
313 sendo tomadas aqui estão sendo conduzidos por um colegiado com uma representação desatualizada e sem  
314 mandato vigente, o que coloca em dúvida tanto a validade política e jurídica das atas quanto as deliberações desta  
315 Câmara. Essa situação por si só já seria suficiente para justificar uma interrupção temporária dessas votações e a  
316 discussão pública sobre a recomposição e a regularização deste Conselho. Mas há ainda um elemento adicional que  
317 torna esse debate inadiável, que é a Operação Rejeito, citada aqui por muitos, que foi deflagrada pela Polícia Federal  
318 e pela Controladoria-Geral da União, em setembro deste ano, e revelou esses esquemas bizarros de corrupção e de  
319 favorecimento de mineradoras em processo de licenciamento ambiental de Minas Gerais, com bloqueios de ativos  
320 chegando a R\$ 1,5 bilhões. Essa investigação atingiu tanto membros e ex-membros de órgãos ambientais, incluindo  
321 servidores vinculados à FEAM e à ANM, chegou a envolver um conselho e um ex-conselheiro desta própria Câmara,  
322 o que aprofunda ainda mais essa crise de confiança e de transparência institucional. Então, diante de um cenário  
323 como esse, aprovar a ata da reunião anterior e seguir com a pauta de deliberação de grandes empreendimentos,  
324 mesmo com pedido de vista, sem qualquer revisão institucional, seria ignorar a gravidade da crise que se instaurou.  
325 O que está em questão não é apenas a legitimidade formal das decisões, mas a credibilidade pública do Sistema  
326 Estadual de Meio Ambiente, um sistema que precisa demonstrar, de forma inequívoca, que é capaz de funcionar  
327 com independência, rigor técnico e integridade. O mínimo que se espera de um Conselho de Política Ambiental é  
328 respeito ao princípio da publicidade, da legalidade e da precaução. Avançar em votações sem mandatos atualizados,  
329 sem auditoria dos processos e em meio a uma operação policial que atingiu diretamente o sistema de licenciamento  
330 ambiental coloca em risco a legitimidade de todas as decisões tomadas neste Plenário. Por isso, antes de aprovar a  
331 ata e dar continuidade, é fundamental reconhecer formalmente que o COPAM opera sob condições de  
332 excepcionalidade institucional. Então esses mandatos regularizados, os critérios claros de transparência e integridade  
333 e que o Conselho seja democraticamente recomposto, as atas e as deliberações aqui aprovadas poderão ser  
334 contestadas, o que agrava ainda mais a crise de credibilidade que o sistema ambiental mineiro está enfrentando.  
335 Então validar essa ata e os demais ritos administrativos em meio a esse contexto de regularidade seria legitimar a  
336 exceção como regra. O COPAM foi criado para garantir o controle social, a qualidade técnica e não para prescindir  
337 deles. Então interromper o rito nesse momento não significaria paralisar a política ambiental, significaria restituir a  
338 sua legitimidade. É isso. Muito obrigada.” Sandoval de Souza Pinto Filho/Sociedade civil: “Senhor presidente,  
339 senhores conselheiros, assistência desta reunião. Eu tenho um ponto de pauta, um ponto na ata, senhor presidente,  
340 aliás, dois. O primeiro deles é uma letra ‘a’ na linha 1.572: onde consta ‘Revista Ecológica’ é para ser ‘Revista  
341 Ecológico’. O segundo ponto da ata que eu gostaria de mencionar, não estou com a ata aqui de frente, mas quando  
342 iniciou a última reunião – isso vai bem ao encontro das falas dos colegas que me antecederam – houve a manifestação  
343 de um conselheiro que estava, em tese, impedido por uma determinação judicial, alguma coisa assim, de adentrar  
344 nos sistemas, seja de informática ou físico da SEMAD. Então nós vimos isso nessa reunião, nós presenciamos isso,  
345 está registrado na ata, e até o ponto que eu revisei a ata não existe nenhuma manifestação, seja observação na ata  
346 ou até mesmo alguma manifestação formal da SEMAD a respeito dos questionamentos que foram formulados, ao  
347 longo da própria reunião, sobre a legitimidade daquela participação, se aquela participação poderia ou não ter  
348 ocorrido, inclusive se aquela reunião, se essa reunião que a ata está sendo discutida agora poderia ter continuidade,  
349 se ela tinha validade. Senhor presidente, também eu gostaria de te agradecer pela menção que o senhor fez no início  
350 a respeito da revista, que eu já enviei a matéria por via eletrônica. Vou te enviar a Revista Ecológico pela via postal.  
351 Te agradeço pela menção. Eu já dei uma olhada no material seu, uma parte que está disponibilizada na internet na  
352 Ufop. E gostei muito. E gostaria também de recobrar esse tema que diz respeito à ata da reunião passada, diz respeito  
353 a funcionamento, legitimidade, integridade dessas votações, que eu entendo que este Conselho deveria estar  
354 suspenso desde a reunião passada. Com todo respeito a quem pensa diferente, tem as fundamentações jurídicas e  
355 tudo. Mas como é que vai continuar votando processos que dependem da atuação de uma classe de funcionários  
356 que está passando por esta penúria de 54 dias de greve e sem resposta do governo do Estado, sem um andamento?  
357 Então isso figurava na ata da reunião passada. E hoje também eu gostaria, senhor presidente, que as minhas falas –

358 se possível, não sei como é que o senhor vai conduzir – sejam registradas na íntegra na ata. Não sei como é que vai  
359 ser essa reunião de hoje, os registros, mas eu gostaria de fazer esse pedido de registro das minhas falas na íntegra.  
360 E voltar ao tema desse assunto que eu coloquei no chat, que é um ofício da Prefeitura Municipal de Congonhas  
361 fazendo um pedido de socorro, resumindo, fazendo um pedido de socorro à SEMAD. Eu vou ler, peço licença para ler  
362 um trecho aqui, que é coisa muito rápida. E obteve a resposta de que não tem prazo para responder, não tem prazo  
363 para atuar em cima de uma situação que está acontecendo, de um andamento de uma obra que paira sobre ela  
364 dúvida a respeito. Até nós conversamos na reunião anterior, nós falamos disso, o senhor também se manifestou a  
365 respeito, que é a questão dos órgãos intervenientes, Iphan, lepha, o próprio Conselho Municipal de Cultura, em cima  
366 de uma licença 109, se não me engano, 2024, que foi concedida no COPAM em maio, e nós apresentamos parecer  
367 técnico do Fórum Permanente São Francisco, que foi, inclusive, combatido até de certa forma não muito elegante  
368 pelo conselheiro Fernando Benício à época, disse que o parecer era inconsistente e ‘as chuvas estão chegando, e a  
369 obra está caminhando’, no sentido de ser realizada sem a manifestação formal do Iphan e do lepha. E isso foi falado  
370 na ata da reunião anterior. Eu vou pegar o ofício aqui rapidamente. Eu mandei para a Sabrina, senhor presidente, o  
371 senhor já falou que vai proceder os encaminhamentos. Eu agradeço. Então o que é o ofício da Prefeitura de  
372 Congonhas? Uma frase dele: ‘Considerando que as atividades constantes no laudo (de número tal) tiveram início,  
373 sem a devida análise dos já citados órgãos consultivos e deliberativos do município no que tange ao patrimônio;  
374 considerando que a administração pública pode rever seus atos para adequá-los aos termos da lei e dos fatos,  
375 solicitamos cordialmente que o Estado proceda à verificação, conforme apontado pelo Conselho Municipal de  
376 Patrimônio Histórico e Artístico, a fim de que as atividades previstas na implantação do referido empreendimento  
377 (no caso, a expansão da Pilha Fraile 3 e 4) da empresa CSN assegurem a preservação e proteção dos bens do  
378 município.’ Então duas respostas já foram dadas, automáticas. Resposta automática, comunicação e solicitação:  
379 ‘Informamos que, em razão da adesão da equipe da Gerência de Apoio e Regularização Ambiental ao movimento de  
380 greve por tempo indeterminado...’ Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Sandoval, desculpa interrompê-  
381 lo, é porque o senhor já falou 5 minutos, eu dei 1 minuto adicional ao senhor em virtude de que o senhor estava  
382 falando realmente da ata. É só esclarecer. Conforme a Deliberação Normativa COPAM 247, a ata é sucinta. Então ela  
383 sempre é sucinta, com exceção quando eu solicito que seja feita a transcrição na íntegra. Eu vou solicitar desde agora  
384 que esta ata seja realizada a transcrição na íntegra. Então ela realmente é sucinta, Sr. Sandoval. Em relação à  
385 manifestação do conselheiro que foi afastado, eu manifestei isso, eu expliquei essa situação. Inclusive, nós fomos  
386 demandados, o próprio Sr. Felipe citou em relação a essa demanda da manifestação do ex-conselheiro naquele  
387 momento. E aí eu vou ler para os senhores de onde a nossa resposta se embasou e de onde a manifestação foi  
388 permitida. Artigo 43: ‘Qualquer interessado na matéria em discussão poderá fazer uso da palavra, no prazo máximo  
389 de 5 minutos, desde que devidamente inscrito.’ Então ele se inscreveu, ele não participou de um processo  
390 deliberativo, ele participou de um momento que era uma ata e que ele nem mesmo chegou a manifestar quanto à  
391 ata. Ele passou informações, que eram de conhecimento geral, que estavam na decisão judicial. A decisão judicial  
392 veda, na realidade, a vinculação dele a acessos a instrumentos do Estado. Ele participou de uma reunião via Zoom.  
393 Zoom não é do Estado, é público. Ele não pode acessar, por exemplo, é o SEI, ele não pode acessar o SLA, que são  
394 instrumentos ou que são sistemas de Estado que gerem ali informações pertinentes aos processos de licenciamento.  
395 O Zoom não é do Estado, o Zoom é uma plataforma livre que qualquer interessado pode se inscrever. E eu sempre  
396 vou pautar nesta ou em qualquer reunião pela participação popular. Os senhores podem ver, manifestaram várias  
397 vezes aqui assuntos que não são afetas ao item de pauta, e nem por isso eu corte a palavra. Porque eu entendo que  
398 é o momento que tem para se manifestar. E em respeito a ele qualquer outro que vier posteriormente vai se  
399 manifestar sim, desde que devidamente inscrito. Então eu respeitei o Regimento Interno, respeitei a decisão judicial,  
400 entendo que há posicionamentos contrários, expliquei isso na reunião, estou explicando novamente. Se não consta  
401 em ata, provavelmente deve constar em algum momento. Mandaram aqui para mim, inclusive, a parte da ata em  
402 que eu explico essa situação. Vou ler aqui, linha 947: ‘Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: ‘Agradeço a  
403 manifestação, só tenho que responder um questionamento’. Aí eu faço. Linha 947: está respondido, consta em ata.  
404 Então as manifestações justificando de novo a participação como qualquer inscrito. Entendo, como eu não vi naquele  
405 momento, não vejo hoje o poder daquela participação de macular qualquer outro processo que foi julgado ou mesmo  
406 a reunião. Essa foi a nossa decisão. Essa manifestação já externei aos meus superiores e essa manifestação já consta  
407 nas respostas que serão devidamente encaminhadas àqueles que as questionaram.” Sandoval de Souza Pinto  
408 Filho/Sociedade civil: “Senhor presidente, a anterior está na íntegra? Por favor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
409 Trovão: “A anterior não está na íntegra, eu não solicitei, Sr. Sandoval, que ela constasse na íntegra. A maioria das

410 partes são as minhas falas, creio que elas estejam na íntegra. Aí eu estou solicitando esta, porque o comando, a regra  
 411 é: que ela seja sucinta. A exceção é que seja na íntegra. Estou solicitando que esta seja descrita na íntegra.” 6)  
 412 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA.** 6.1) **Viridis Mineração Ltda.** Lavra a céu aberto.  
 413 **Minerais metálicos, exceto minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido;**  
 414 **Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em**  
 415 **cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para**  
 416 **contenção; Pilhas de rejeito/estéril; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de**  
 417 **sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Poços**  
 418 **de Caldas/MG. PA/SLA/Nº 634/2025. ANMs: 007.737/1959, 009.031/1966, 830.927/2016 e 830.113/2006. Classe**  
 419 **6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Retirado de pauta em 26/9/2025.** Processo retirado de pauta  
 420 com pedido de vista da Zeladoria do Planeta e vista conjunta solicitada pelo Ciemp, o Sindiextra e a Dom Helder.  
 421 **Justificativas.** Conselheiro Gustavo Bleme de Almeida/Zeladoria do Planeta: “Tendo em vista as últimas  
 422 manifestações também recebidas pelo e-mail, para a gente ter uma clareza maior da análise do processo, eu vou  
 423 pedir vistas para poder analisar as informações disponíveis pelo órgão e também pelo atendimento à sociedade civil  
 424 que nos solicitou.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Eu peço vista conjunta, senhor presidente,  
 425 para analisar melhor o processo.” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “Também acompanhando o  
 426 pedido de vista para melhor análise da instrução do processo.” Conselheira Clara Sacramento Alvarenga/Dom Helder:  
 427 “Eu também gostaria de solicitar vista dos processos, em específico este em pauta no momento, para que possamos  
 428 fazer uma melhor análise, por se tratar de um processo muito complexo.” 6.2) **Meteoric Caldeira Mineração Ltda.**  
 429 **Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com**  
 430 **tratamento a úmido; Pilhas de rejeito/estéril; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração**  
 431 **(classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade**  
 432 **de construção de barramento para contenção; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**  
 433 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de**  
 434 **aviação. Caldas/MG. PA/SLA/Nº 911/2024. ANMs: 817.223/1971, 814.860/1971 e 830.513/1979. Classe 6.**  
 435 **Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR).** Processo retirado de pauta com pedido de vista da Zeladoria do  
 436 Planeta e vista conjunta solicitada pelo Ciemp, a Dom Helder e o Sindiextra. **Justificativas.** Conselheiro Gustavo Bleme  
 437 de Almeida/Zeladoria do Planeta: “Pelo mesmo motivo do processo anterior, atendendo esses pedidos da sociedade  
 438 civil para poder compreender melhor o processo.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Eu peço vista  
 439 conjunta do processo para analisar melhor os autos.” Conselheira Clara Sacramento Alvarenga/Dom Helder:  
 440 “Também acompanho o pedido de vistas em razão da complexidade do processo e para melhor análise.” Conselheiro  
 441 Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “Pedindo vistas conjuntas para melhor análise da instrução do processo.” 7)  
 442 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO.** 7.1)  
 443 **Sandra Mineração Ltda.** Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos  
 444 minerários; Lavra a céu aberto. **Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. Prudente**  
 445 **de Moraes/MG. PA/SLA/Nº 2112/2023. ANM: 814.029/1968. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III,**  
 446 **alínea b).** **Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR).** Processo retirado de pauta com pedido de vista da  
 447 Zeladoria do Planeta e vista conjunta solicitada pelo Ciemp, o Sindiextra e a Dom Helder. **Justificativas.** Conselheiro  
 448 Gustavo Bleme de Almeida/Zeladoria do Planeta: “Para justamente fazer uma análise melhor dessas alterações e  
 449 compreender o processo como um todo.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Peço vistas conjuntas  
 450 para analisar a documentação.” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “Pedindo vistas em conjunto  
 451 para análise da instrução do processo.” Conselheira Clara Sacramento Alvarenga/Dom Helder: “Também peço vistas  
 452 conjuntas para uma melhor análise processual.” 8) **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE**  
 453 **CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA.** 8.1) **Vallourec Tubos do Brasil Ltda.** Reaproveitamento  
 454 **de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito; e Lavra a céu aberto. Minério de ferro. Nova**  
 455 **Lima e Brumadinho/MG. PA/SLA/Nº 2675/2023. ANM: 008589/1942. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art.**  
 456 **14, III, alínea b).** **Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR).** Processo retirado de pauta com pedido de vista  
 457 da Zeladoria do Planeta e vista conjunta solicitada pelo Ciemp, o Sindiextra e a Dom Helder. **Justificativas.** Conselheiro  
 458 Gustavo Bleme de Almeida/Zeladoria do Planeta: “Também para poder compreender melhor o processo, fazer uma  
 459 análise mais aprofundada.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Solicito vistas para analisar a  
 460 documentação apresentada.” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “Pedindo vistas em conjunto para  
 461 melhor análise da instrução processual.” Conselheira Clara Sacramento Alvarenga/Dom Helder: “Eu reitero meu

462 pedido de vistas com fulcro também na análise processual.” **9) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 463 Trovão: “Nós temos dez pessoas na sala, o item ‘Assuntos Gerais’ tem o prazo de 30 minutos. Então dez pessoas  
 464 divididas pelos 30 minutos, cada inscrito deverá usar o tempo de 3 minutos.” Felipe Gomes/Sociedade civil:  
 465 “Primeiro, bom dia a todos, a todas. Eu gostaria muito de agradecer o pedido de vista conjunto, mas me preocupa  
 466 muito ver aqui a Zeladoria do Planeta. Eu sei que quem foi alvo da Operação Rejeito foi Fernando Benício, mas ele  
 467 esteve presente na última reunião. Eu aqui estou representando o mandato da deputada federal Duda Salabert. Nós  
 468 oficiamos Ministério Público Federal, Controladoria-Geral da União, Controladoria-Geral do Estado, Tribunal de  
 469 Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, Ouvidoria-Geral do Estado, SEMAD, Ministério Público de Minas  
 470 Gerais. Porque a palavra do Fernando Benício aqui foi muito complicada, ainda mais que tem uma ordem judicial  
 471 para não acessar os sistemas informatizados. Presidente Yuri, gostaria de fazer uma ressalva na sua fala. Quando  
 472 você diz que não é sua função retirar os processos e tal, está em desacordo ao artigo 29 do Regimento Interno: ‘O  
 473 presidente da reunião, mediante provocação ou de ofício, decidirá sobre pedidos de inversão de pauta, retirada de  
 474 ponto de pauta, baixa em diligência e demais casos inerentes à realização dos trabalhos.’ Então é sim função do  
 475 presidente tomar essas diligências, presidente, e ainda mais sob o escrutínio social que estamos vivendo deste  
 476 Conselho, que é citado inúmeras vezes na maior operação de combate ao crime organizado do setor mineral. Tem  
 477 ata de reunião desta Comissão no inquérito da Polícia Federal. E quando a sociedade se levanta, se inscreve, vem  
 478 participar, e fala como se não pudesse fazer nada, é muito estranho, presidente. E eu gostaria de convidar a  
 479 população para fazermos uma grande análise desses processos, um movimento popular para a gente fazer análise,  
 480 apresentar pareceres. Sei que tiveram inúmeros pareceres técnicos apresentados por pessoas que estão indignadas,  
 481 que estão preocupadas, que estão muito com medo de tudo que está acontecendo. Então eu gostaria de pedir aos  
 482 conselheiros que abrissem espaço para um amplo debate com a população. Chama aqui a Dom Helder Câmara, que  
 483 é uma universidade, vamos criar um espaço público de debate para que a população possa ir lá e opinar sobre esses  
 484 processos. Porque a gente está muito preocupado, presidente, com os desdobramentos da Operação Rejeito, a gente  
 485 não vê a hora da próxima fase da Operação Rejeito. A coisa subiu para o Supremo Tribunal Federal, tem gente com  
 486 foro envolvida nessa história.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só esclarecer, Sr. Felipe, só esclarecer mais  
 487 uma vez para o senhor. Eu não falei isso, o senhor não se ateve à minha manifestação. Eu vou pedir até a transcrição  
 488 da ata na primeira parte da minha fala, porque aí o senhor vai ter chance de olhar novamente o que eu disse, se o  
 489 senhor não prestou a devida atenção no momento da minha fala. Eu não disse que eu não posso, pelo contrário, eu  
 490 ainda falei ‘eu posso retirar de ofício’, eu falei que eu posso retirar de ofício. O senhor talvez não se ateve à minha  
 491 fala. O que eu falei é que eu preciso de uma justificativa dada para a minha decisão de retirada e ainda eu citei que  
 492 apenas a manifestação de uma solicitação de uma pessoa de um ofício para mim não basta, porque eu tenho que ter  
 493 a manifestação daquele que olhou o processo, que analisou o processo. Eu não sou responsável pela análise do  
 494 processo. O senhor não concorda, o senhor leia a norma para o senhor ter até mesmo as atribuições de um agente  
 495 público, de um servidor público. Lá as decisões minhas devem ser fundamentadas. E quem me dá a fundamentação  
 496 devida? Quem analisou o processo. Por óbvio que eu posso tirar o processo, por óbvio que eu posso baixar em  
 497 diligência, mas eu preciso fundamentar. O senhor sabe o que é fundamentação? A fundamentação está dentro da  
 498 norma. E quem vai me dar a fundamentação legal é quem analisou. Então por isso que eu disse na minha  
 499 manifestação, todos aqueles ofícios, as moções que eu recebi, todos aqueles documentos que eu recebi, eu  
 500 encaminhei para a DGR, para ciência e ver se aqueles argumentos são válidos, se eles são pertinentes. E com base  
 501 naquelas manifestações, dentro da minha discricionariedade, que ela está vinculada a uma norma, e de ofício eu  
 502 retiro o processo de pauta ou baixo em diligência. Na reunião passada eu fiz isso, eu retirei um processo de pauta.  
 503 Então esse processo, o item 6.1, ele foi retirado de pauta pelo presidente. Então por óbvio que eu posso retirar de  
 504 pauta, está no Regimento. É o senhor que não prestou atenção na minha explicação.” Danielle Farias  
 505 Barros/Servidora do Sisema: “Bom dia a todos. Bom dia, senhor presidente, bom dia, conselheiros e conselheiras.  
 506 Daniele Barros, hoje inscrita pela sociedade civil, uma servidora de carreira lotada na FEAM. Venho aqui trazer  
 507 elementos novamente do movimento grevista, que hoje completa 54 dias. Mais uma vez a gente coloca a importância  
 508 da valorização do servidor público de meio ambiente para a engrenagem da política de meio ambiente do Estado.  
 509 Venho aqui trazer que o mês passado a gente teve todas as Câmaras Técnicas com um número maior de processos  
 510 e que este mês vemos um esvaziamento de processos pautados e, inclusive, uma Câmara, que foi a de Agrossilvo,  
 511 não aconteceu, devido ao fato de que várias Unidades Regionais não apresentaram processos para pauta por conta  
 512 de os servidores estarem em greve. A gente entende que os conselheiros desta instância têm papel fundamental na  
 513 engrenagem da qual a gente se encontra para a política pública do meio ambiente do Estado e dessa forma pedimos

514 novamente o auxílio de vocês para que a gente consiga fazer uma mesa de negociação com o governo onde haja  
 515 propostas. Nós recebemos de vocês, na última CMI, uma moção de apoio. Ficamos muito felizes de conseguir esse  
 516 apoio de vocês através de uma moção, mas eu acho que agora temos que avançar nessa discussão. Pedir aos  
 517 conselheiros para que vocês levem para as suas entidades as quais vocês representam para que façam a força junto  
 518 ao governo para que o governo nos atenda, para que o governo sente conosco numa negociação. Trazemos aqui o  
 519 reflexo do que são esses 54 dias de greve. Em algum momento, se continuarmos numa greve prolongada, vamos  
 520 chegar a um momento que não vamos ter pareceres para votar, e isso impacta diretamente no setor produtivo.  
 521 Lembrando que os pareceres hoje que foram pautados, todos foram elaborados por colegas que estão em regime de  
 522 contrato. Entendemos a importância dos colegas que estão em regime de contrato para que a Secretaria continue a  
 523 andar e fazer o serviço de forma a atender a população, mas sabemos por que hoje tem tanto contrato. A gente tem  
 524 tanto contrato hoje dentro da Secretaria porque não tem uma valorização do servidor público e o último concurso  
 525 foi feito em 2013, no qual eu ingressei. Então, de lá para cá, várias pessoas que eram servidores de carreira saíram,  
 526 pediram exoneração para ir para outros concursos onde são valorizados.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 527 “Só reforçando, nós falávamos isso ontem – a Danielle esteve aqui, a Renata –, da necessidade que nós temos, dos  
 528 representantes aqui dos órgãos governamentais, das entidades civis, de estar atuando junto com o governo em prol  
 529 de ajudar os servidores públicos. Eu sou servidor de carreira. Lembrando, os processos, se vocês fizerem um cômputo  
 530 dos processos anteriores, a gente estava vencendo o passivo. Hoje já está há dois meses acumulando passivo. Lá no  
 531 Norte quase 100% da equipe está em greve. Isso está causando um acúmulo de processos. Mesmo a greve acabando  
 532 agora, até você eliminar esse passivo que fez durante todo esse tempo, vai demorar. E isso impacta diretamente na  
 533 produtividade em Minas Gerais. Não falo apenas em relação à atividade minerária, são todas as atividades que estão  
 534 sendo impactadas. E eu falava ainda ontem – eu peço desculpa aqui aos senhores e às senhoras –, dentro da pesquisa  
 535 que eu fiz com o Conselho em relação à dissertação, que eu passei um questionário, um dos pontos que os  
 536 conselheiros colocaram como pontuação máxima foi justamente validar os nossos pareceres, dando um grande valor.  
 537 Parte da dissertação em relação à valoração dos serviços ecossistêmicos, os conselheiros validando, valorando em  
 538 muito os pareceres do órgão ambiental. Então nada mais justo que aquele que presta um serviço de qualidade para  
 539 os senhores tenha um valor não só da qualidade de trabalho, mas também de remuneração.” Levi Alves/sociedade  
 540 civil: “Bom dia, senhor presidente, conselheiros e todos que estão acompanhando. Eu me inscrevi representando a  
 541 sociedade civil, faço parte de alguns coletivos e movimentos, dentre eles, a Luta Popular de Luta Antinuclear e o  
 542 Observatório do Vulcão, que reúne dez cidades aqui do Planalto Alcalino, cinco de Minas e cinco de São Paulo. Eu  
 543 queria fazer uma breve manifestação aqui representando toda essa região, dizer que nós estamos felizes que tenha  
 544 feito esse pedido de vista, que os senhores tenham interesse de compreender melhor esses processos,  
 545 principalmente os que envolvem as licenças para exploração de terras raras. E trazer que os coletivos que fazem  
 546 parte dessa rede estão simplesmente chocados com a maneira que esses processos estão sendo avaliados. Nós temos  
 547 esses escândalos de corrupção, nós temos um cenário global discutindo esse assunto, um cenário de guerra no  
 548 mundo, onde as terras raras são um elemento chave. Então todo esse cenário, nós acreditamos que não está sendo  
 549 devidamente avaliado pelas pessoas. E nós temos uma questão de insegurança radiológica, porque nós temos ali a  
 550 INB, com um grande problema, a unidade de descomissionamento, com vazamento, com várias questões, e dois  
 551 projetos gigantescos em volta, porque está um de cada lado dessa unidade de descomissionamento, e isso não está  
 552 sendo avaliado. Os riscos para a região toda, tanto na questão de segurança hídrica quanto na questão de segurança  
 553 radiológica, em função desse material radioativo, das toneladas e toneladas que estão ali estocadas, não está sendo  
 554 considerado. Então nós realmente exigimos mesmo, a população exige que sejam avaliados esses riscos radiológicos,  
 555 o cenário global e que a federação, o Ibama e outras instâncias do governo federal também se envolvam nesse  
 556 processo e avaliem qual que é a repercussão da totalidade desses projetos para a região. Considerando que no meio  
 557 disso tudo nós temos esse grande depósito de lixo nuclear. Nós temos uma barragem que está numa situação que  
 558 nós sabemos que é problemática. É uma unidade de descomissionamento com vários problemas que se arrastam há  
 559 muitos anos. Então a gente realmente espera que este Conselho aja com responsabilidade e vá se informar,  
 560 realmente se aprofunde no tema, considerando todas essas questões. Então agradeço porque eu acho que isso está  
 561 começando a acontecer. E saibam que as dez cidades que fazem parte desse Planalto Alcalino estão de olho em vocês  
 562 e estão querendo participar dessa discussão, e tem muita coisa que a gente precisa debater.” Presidente Yuri Rafael  
 563 de Oliveira Trovão: “Desculpa interrompê-lo, é porque o prazo de 3 minutos. Inclusive, entraram mais alguns inscritos  
 564 na reunião após a gente começar a computar. Mas eu vou – como já tinha entrado o prazo de 3 minutos – garantir o  
 565 prazo de 3 minutos. A gente vai extrapolar um pouco os 30 minutos de manifestação. Só relatando, as pessoas que

566 se inscreveram, que tiverem interesse, é um direito de petição, vocês podem peticionar junto ao Estado vista dos  
567 processos, cópias dos processos. Obviamente, essas cópias, eu não sei, eu não tenho conhecimento como que está  
568 o trabalho em relação a essas cópias. Pela Lei Geral de Proteção de Dados, tem que haver o tratamento dos dados  
569 pessoais dos processos. Então você tem que ir dado por dado do processo e tirar todos aqueles dados que possam  
570 individualizar os técnicos. Por exemplo, número do Crea, CPF. Então a unidade responsável, vocês podem encaminhar  
571 à unidade responsável pela análise daquele processo a solicitação de cópias integrais daquele processo. Lembrando  
572 que eu não sei como que está isso nas respectivas unidades responsáveis pela análise do processo. Isso demora um  
573 pouco, porque esses dados têm que ser tratados para estar liberando para os senhores. Mas qualquer dos senhores  
574 ou senhoras pode solicitar cópias integrais dos referidos procedimentos que aqui são julgados.” Flávia  
575 Santos/Servidora do Sisema: “Bom dia. Eu sou servidora também do Sisema, sou grevista. Estamos em greve há 54  
576 dias hoje, quase dois meses, e tudo que já recebemos de contraproposta é a expectativa de uma PEC, não é nem a  
577 assinatura da PEC, é uma expectativa de que talvez venha a ser aprovada uma PEC que talvez venha fornecer alguma  
578 coisa para os servidores que são grevistas. É reconhecido para os servidores que todos os pleitos são legítimos. Tudo  
579 que estamos pedindo é previsto em lei ou está em acordo judicial. Nós não estamos pedindo privilégio, nós não  
580 estamos querendo ficar milionários com o serviço público, não é nada disso. O que estamos pedindo aqui é dignidade  
581 e um tratamento justo com os servidores, porque entregamos trabalho de qualidade para a sociedade. Com relação  
582 aos processos que foram pautados hoje, teve uma paralisação da FEAM durante a greve que chegou até 70% dos  
583 servidores efetivos, com só 30% dos essenciais. Então, de certa forma, eu fiquei um pouco pensando como que seria  
584 possível que estaria pautando esse tipo de processo de mineração em terras raras e tal, crítico, sendo que os  
585 servidores estão parados, a maioria dos efetivos. Aí eu olhei os pareceres e vi que eles estão sendo elaborados em  
586 maior parte por pessoas com certeza devem ser bastante capacitadas, eu não conheço, mas são pessoas que estão  
587 em recrutamento amplo. Elas ocupam cargo em comissão de recrutamento amplo, ou seja, são pessoas que não são  
588 servidores efetivos, não são servidores concursados. Eu não sei se isso é possível juridicamente, que uma pessoa de  
589 cargo comissionado possa exercer poder de polícia na administração pública. Porque o poder de polícia, até onde eu  
590 sei, posso estar equivocada, mas é restrito a servidores de cargo efetivo. Se tiver um Ministério Público ou alguém  
591 aqui, eu até gostaria de pedir esse esclarecimento, porque realmente eu não tenho certeza. Mas eu não sei realmente  
592 se isso poderia estar sendo feito. Inclusive, é quase que um deboche com servidores que estão em greve que  
593 processos de tal magnitude estejam sendo pautados em meio à greve, sem a gente conseguir nenhuma uma  
594 contraproposta efetiva por parte do governo.” Robson Oliveira/Sociedade civil: “Bom dia a todos, bom dia,  
595 presidente, conselheiros, companheiros e companheiras. Dado o pedido de vista do item 8.1, que é de máxima  
596 importância para quem mora no território das ZAS, como da minha comunidade, eu fiquei um pouco surpreso com  
597 o pedido de vista, dada a quantidade de inscrições. Então, vejam, considerando a tempestiva ação de vista pela  
598 Zeladoria do Planeta e por todos os pontos de pautas, nós ficamos com uma dúvida: se isso é para evitar a escuta da  
599 sociedade civil ou se é por uma preocupação em analisar os processos. E eu sou morador da ZAS aqui no distrito de  
600 Piedade do Paraopeba, compõe o Paraopeba, o movimento social do Paraopeba participa, e eu espero de verdade  
601 que um retorno de vista tenha sido para analisar, necessariamente, visando à proteção do meio ambiente e das vidas  
602 das pessoas que moram dentro do território e não apenas para burlar a manifestação da sociedade civil e ganhar  
603 mais tempo para poder licenciar. Assim como está sendo feito o desassoreamento da barragem de Santa Bárbara,  
604 sem respeitar a OIT 169 e também o acesso das populações que estão na ZAS dentro do território, que hoje são mais  
605 de cento e tantas poucas famílias que residem dentro desse território. Então desde já eu agradeço aos senhores e às  
606 senhoras e que se atentem a ouvir, independente do processo de vista, se atentem a ouvir também para além do  
607 parecer da FEAM. Porque o que a gente tem dentro desse espaço é somente a manifestação de um documento do  
608 parecer da FEAM, sem respeitar o processo de escuta da população, assim como é feito com a maioria dos  
609 empreendimentos, sem respeitar o mínimo a OIT 169. Então desde já agradeço aos senhores e às senhoras.  
610 Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Robson. Só lembrando, Sr.  
611 Robson, os inscritos, a gente não ouve, como eu expliquei, o processo é retirado de pauta ou baixado em diligência  
612 ou as vistas, retira-se de pauta e não entra em discussão. No site da SEMAD tem. Depois coloca o link, fazendo o  
613 favor, dos e-mails dos conselheiros. E os senhores podem, inclusive, aproveitando o prazo de vista, entrar em contato  
614 com os conselheiros, principalmente aqueles que solicitaram vista, para estar tratando desses assuntos, expondo as  
615 suas manifestações.” Francisco de Assis/Sociedade civil: “Bom dia, presidente Yuri. Quero agradecer aos conselheiros  
616 presentes que pediram vista. Nós percebemos realmente que quando a sociedade, os servidores se organizam,  
617 conseguem uma relevância de conquistar o que é digno, pelo menos uma atenção maior nesses processos... Não são

618 quaisquer processos, são minerações de terras raras. Estamos no meio de uma greve, como foi falado, já há 54 dias.  
619 Me preocupa, como foi falado pelos colegas, o fato de a maior parte desses pareceres estarem sendo elaborados por  
620 contratados e, o que é mais ainda preocupante, por cargo de confiança, que não são típicos da carreira de estado de  
621 servidores e analistas. Tanto é que me estranha eles assinarem junto com os efetivos. Não tem distinção na hora de  
622 assinar lá no campo de quem fez o parecer. Todos estão assinando como analista ambiental, mas o cargo dele não é  
623 um cargo de direção, chefia e assessoramento, é o DAD. Tanto é que já tem matéria do Supremo Tribunal Federal  
624 que fala que a criação desses cargos não se justifica para exercício de função técnica nem atividades burocráticas ou  
625 operacionais. O próprio cargo já fala, eles deveriam estar atentos à parte de chefia, assessoramento e direção. Então  
626 a gente vê, a gente percebe até pelo Masp. Como tem muito tempo que não tem um concurso no nosso órgão,  
627 nossos Masp costumam ser abaixo de 13. Aí chega servidor assinando com Masp 16, recém-chegado ao órgão  
628 ambiental. Que know-how tem esse servidor para estar assinando um estudo tão importante como esse? Então nessa  
629 mesma análise falta até a equipe multidisciplinar, que deveria ser formada por efetivos. Quantos desses pareceres  
630 foram compostos por servidores, engenheiros florestais, agrônomos, engenheiros de minas, biólogos efetivos no  
631 exercício? Quantos desses podem lavrar autos de infração ao constatar uma irregularidade, que know-how tem um  
632 contratado que chegou agora? Que não deveria, como foi falado, até o Supremo Tribunal Federal coloca, não deveria  
633 estar analisando esse tipo de processo. Que know-how ele tem para olhar 'ah, esse fragmento aqui tem um código  
634 de infração'? Eu garanto, posso perguntar aqui. Eu trabalhei dez anos na fiscalização ambiental. Eu cito três códigos  
635 aqui, eu pergunto se eles sabem qual código que aplica para determinar irregularidade. Não tem esse tipo de  
636 treinamento já para nós que somos efetivos, quem dirá para o contratado que chegou agora. Eles não sabem nem o  
637 que é uma infração ambiental quando vista assim na cara deles, porque são diversos os códigos de infração  
638 ambiental. Então me preocupa mesmo porque eles não podem autuar ao achar uma irregularidade, eles não têm a  
639 estabilidade no cargo. 'Ah, eu acho, eu vou indeferir esse processo, está muito estranho, o estudo está muito mal  
640 feito, vou indeferir.' Não pode, porque ao fazer isso eles são automaticamente exonerados, pressionados, não têm  
641 essa mesma força que o servidor efetivo fica. Então me preocupa a legitimidade desses relatórios, desses pareceres  
642 sendo feitos pela maioria, por recrutamento amplo, por contratados e não por servidores efetivos. E fica o apoio aqui  
643 à greve geral dos servidores, que dura mais de 54 dias." José Edilberto da Silva Rezende/Sociedade civil: "Obrigado,  
644 presidente. Obrigado a todos que pediram as vistas no processo. Eu já coloquei no chat aqui, presidente, um  
645 documento que foi anexado ao processo na audiência pública realizada em Poços de Caldas no que concerne à  
646 exploração de terras raras no Planalto. No documento consta toda a abordagem e toda a preocupação que a  
647 sociedade civil, de uma forma geral e ampla, se preocupa com o Poços de Caldas. Sobre o aspecto da vocação do  
648 Planalto de Poços de Caldas de produzir água, a gente não tem um rio que abastece, e a água que é produzida no  
649 Planalto abastece e está contida na bacia do rio Paraná, bem como do rio Grande. Essa preocupação procede porque  
650 águas sulfurosas, águas minerais, elas são ímpares aqui em Minas Gerais, a vocação de Minas Gerais. Todo esse  
651 contexto de especulação e de solução de transição energética preocupa e deve ser olhado com atenção. As falas que  
652 nos antecederam aqui sobre a precariedade e ausência de servidores capacitados para analisarem esse processo  
653 demonstra a preocupação nossa também como sociedade civil. Sobre esse aspecto de análise e de ocupação do solo  
654 local, chama atenção também a própria ausência de um documento do Codema de Poços de Caldas autorizando e  
655 dando anuência para esse processo. Há apenas uma única declaração do Executivo autorizando toda essa  
656 intervenção. Quanto à avaliação integrada de todos esses impactos, isso não foi considerado. Qual que é a  
657 preocupação? Não é só licenciar um empreendimento apenas no município de Poços de Caldas, outros aspectos  
658 devem ser considerados no município também. A foto que está aqui, de proteção de tela minha aqui, é a bacia de  
659 Águas Claras lá dentro da Indústria Nuclear do Brasil, que hoje é atualmente unidade de descomissionamento de  
660 Caldas. Enquanto estamos falando, está vertendo uma pluma radioativa para os recursos hídricos, e ninguém quer  
661 assumir essa pauta. As vítimas de eventual rompimento de uma barragem ou de uma contaminação, elas têm  
662 identidade. Mas aí nós estamos falando de competência. A competência é do Estado de licenciar e fiscalizar. E todos  
663 os atores devem participar desse processo. Então a própria Política Nacional de Recursos Hídricos é clara, os atores  
664 intervenientes devem participar do processo, bem como a sociedade civil tem espaço aqui. Então as falas que nos  
665 antecederam aqui sobre o cerceamento de fala, isso é muito importante e preocupante. O governo de Minas está  
666 num processo de desmonte, e a gente precisa estar acompanhando e requer essa atenção aqui. Meu tempo está  
667 esgotando. Acesse o documento, baixe o documento, e vai ser fácil localizar nosso contato aqui. Obrigado e boa  
668 reunião a todos." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação do Sr. José. Senhor José, eu  
669 até coloquei no link – não sei se o senhor viu – o contato, onde o senhor acessa o contato dos conselheiros do COPAM,

670 aqui da CMI. Aí o senhor pode acessar e encaminhar esses documentos também diretamente a todos eles." Renata  
671 Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: "Bom dia, presidente Yuri. Bom dia, conselheiros. Bom dia, ouvintes desta  
672 CMI. Sou Renata Dutra, componho o corpo efetivo do Sisema há 11 anos. Ingressei no último concurso, edital de  
673 2013. Durante todo esse tempo atuando com regularização ambiental, análise de processos, pareceres de  
674 licenciamento ambiental. Estou aqui hoje, mais uma vez, inscrita enquanto sociedade civil. Fizemos participação em  
675 todas as Câmaras do COPAM de setembro. Também percorremos durante toda essa semana inscrições em todas as  
676 Câmaras do COPAM. Enquanto o movimento grevista estiver em atividade, cumpriremos este papel de estar aqui  
677 trazendo para os conselheiros, trazendo para a sociedade a nossa situação, o nosso cenário. Já é de conhecimento  
678 de todos que o nosso movimento é pautado pelo fortalecimento da carreira dos servidores públicos e da instituição  
679 Sisema. Os nossos 21 itens de pauta do nosso movimento grevista já são itens que são legitimados pela  
680 administração. Ocorre que até este momento, 24 de outubro, 54 dias de movimento grevista, nós não tivemos  
681 apresentação de uma proposta decente, à altura da nossa categoria na mesa. Então é este apelo que trazemos aqui  
682 mais uma vez para esta CMI. Todas as instâncias que compõem e que têm voz junto à administração que levem, na  
683 figura da secretaria de Estado de Meio Ambiente, na figura da secretaria de Planejamento, na figura do vice-  
684 governador e do governador, no sentido de priorizar a resolução do movimento grevista dos servidores do meio  
685 ambiente. Os impactos nem precisamos dizer, o esvaziamento, esta CMI teria o risco de nem existir se fôssemos  
686 considerar o corpo efetivo de trabalhadores do Sisema. Então é este coro. A gente tem esse coro junto à  
687 administração e ao Executivo com a nossa mesa de negociação para que vocês levem isso. E também temos o coro  
688 junto à Assembleia Legislativa, os nossos parlamentares e deputados, que é referente à aprovação da PEC 43, de  
689 2024, que inclui o meio ambiente no rol das essencialidades. Nós também estamos com esse trabalho no Legislativo.  
690 Enfim, madrugamos essa última madrugada lá na Assembleia, porque paralelamente, enquanto movimento grevista,  
691 estamos com pautas coletivas, tal qual com o Sindágua. Tivemos um resultado nada agradável nessa última  
692 madrugada, mas seguiremos militando também em prol das estatais mineiras. É isso, presidente, é esse couro que  
693 fazemos. E resistiremos até que as nossas pautas sejam atendidas. Muito obrigada." Paulo Vítor Paiva/Sociedade  
694 civil: "Eu tenho algumas perguntas. Primeiro, o fato de alguns dos membros do COPAM estarem sendo investigados  
695 compromete as votações e decisões do COPAM? Segunda pergunta: o fato de os servidores que estão fazendo as  
696 análises técnicas que serão usadas por vocês para poder decidir sobre os assuntos serem servidores que não têm  
697 estabilidade, que são de indicações políticas, que estão sujeitos a pressões, que não está sendo dado a eles um  
698 ambiente de trabalho em que eles possam fazer o trabalho deles, técnico, sem pressões políticas das pessoas que  
699 indicaram eles, compromete ou pode comprometer a qualidade técnica do trabalho que eles vão fazer? Terceira  
700 pergunta: o fato de que vocês vão fazer a decisão baseada em relatórios, baseada em lados técnicos elaborados por  
701 pessoas que estão sob pressão política e estão sujeitos a sofrer pressão política, e que por isso podem não ter o  
702 trabalho técnico direitinho, igual os outros servidores com estabilidade poderiam fazer, isso atrapalha a análise de  
703 vocês, isso inviabiliza a análise de vocês, isso compromete de alguma forma a análise de vocês? Por quê? E a quarta  
704 é: como é possível questionar esses laudos técnicos elaborados por esses servidores indicados com indicação política  
705 ou de reserva, sem estabilidade na carreira, como é possível questionar os laudos que eles fizeram, os laudos  
706 técnicos, e solicitar que eles sejam feitos por profissionais de carreira, de modo a fazer com que a análise de vocês  
707 seja uma análise mais clara, uma análise mais precisa, uma análise mais técnica, sem esse viés político de pressão  
708 política que os servidores que elaboraram esses relatórios fizeram? Essas são as minhas perguntas. Era isso que eu  
709 queria perguntar." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só respondendo em relação a alguns questionamentos,  
710 vários questionamentos do senhor têm um aspecto subjetivo. Se as pessoas estão sob pressão política ou não, isso  
711 eu não tenho condições de manifestar. Até mesmo, Sr. Paulo, porque a minha atuação aqui, como eu disse logo no  
712 início da reunião, é procedural. Eu não tenho atribuição ou função de auditar os processos que são aqui julgados e  
713 são analisados pelas respectivas Unidades Regionais de Regularização Ambiental ou pela DGR. Essa não é a minha  
714 função. Então eu não posso informar, não tenho essas informações a repassar para o senhor, até mesmo porque são  
715 aspectos também subjetivos, isso não faz parte das minhas atribuições. Em relação à investigação do conselheiro  
716 sobre macular os demais processos, o conselheiro que foi pedido afastamento, ele foi afastado devidamente  
717 conforme decisão judicial. A decisão judicial foi seguida na íntegra. Na decisão judicial não pediu o afastamento de  
718 nenhum ente e sim de um conselheiro específico. Isso foi cumprido pelo Estado." Márcia Martins/Sociedade civil:  
719 "Na verdade, eu não quero falar, só quero participar da reunião mesmo. Obrigada." Fernanda Lage/Sociedade civil:  
720 "Bom dia a todas e todos. Eu falo em nome da deputada estadual Beatriz Cerqueira, autora do ofício que foi  
721 encaminhado a este Conselho solicitando a retirada de pauta dos projetos de mineração de terras raras, caldeira e

722 colossos, ambos de altíssimo potencial poluidor e marcados por graves irregularidades técnicas e jurídicas. A nossa  
723 saudação muito especial à sociedade civil organizada e mobilizada presente aqui hoje e aos valorosos servidores e  
724 servidoras do Sisema, em greve há 54 dias por condições dignas de trabalho. Eu quero agradecer publicamente as  
725 entidades, conselheiras e conselheiros que, sensíveis ao chamado que nós apresentamos, enquanto parlamentar,  
726 enquanto sociedade civil, de cautela, de responsabilidade, solicitaram vista e possibilitaram a retirada de pauta  
727 desses projetos no início desta reunião. Esse gesto vai ao encontro do compromisso ético de quem comprehende que  
728 licenciar a mineração não é um ato meramente burocrático, mas uma decisão política e civilizatória que pode  
729 redefinir o destino de territórios inteiros e de populações atingidas. Nós reafirmamos aqui que nenhum  
730 empreendimento econômico pode se sobrepor à legalidade, à vida e ao direito coletivo, à informação ambiental. E  
731 ao mesmo tempo em que reconhecemos essa decisão sensata tomada aqui hoje, precisamos registrar uma questão  
732 de ordem que diz respeito à legitimidade deste Conselho e ao formato dessas reuniões. Conforme consta no ofício  
733 da deputada, o mandato atual dos conselheiros do COPAM venceu em maio deste ano. A gente queria, inclusive,  
734 esclarecimentos em relação a isso, sobre a prorrogação de forma administrativa, excepcional e temporária, sem a  
735 devida recomposição representativa e democrática deste Conselho. Essa situação, somada à grave crise de  
736 legitimidade deflagrada pela Operação Rejeito, que expôs um esquema de corrupção e favorecimento de  
737 mineradoras dentro das próprias estruturas do Sisema, compromete a confiança da sociedade mineira neste espaço  
738 deliberativo. Tudo isso é agravado pela greve dos servidores do Sisema, a quem prestamos nossa solidariedade, e o  
739 fato de os estudos e pareceres não estarem sendo elaborados, formulados por servidores de carreira, por servidores  
740 concursados. Se não bastasse tudo isso, como já apontado pela deputada, em ofícios, em requerimentos, nós  
741 repudiamos a realização dessas reuniões num formato exclusivamente virtual. Isso restringe a presença e a voz da  
742 sociedade civil, especialmente dos povos e comunidades atingidas, que muitas vezes têm dificuldade para participar  
743 de forma remota, mas têm a disposição para participar presencialmente. O COPAM é um órgão colegiado de natureza  
744 pública... Eu peço a prorrogação por mais 1 minuto." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "É porque esse prazo  
745 aqui não é em relação à prorrogação, porque tem mais de dez inscritos. Então, nesse caso aqui, não tem prorrogação,  
746 Sra. Fernanda. Eu vou obedecer ao prazo regimental, porque eu já vou extrapolar o tempo, o tempo aqui de 30  
747 minutos. Eu agradeço a participação, informo que recebi o e-mail da deputada e ao receber, tão logo eu recebi o e-  
748 mail da deputada com as solicitações, com os requerimentos, eu dirigi esse e-mail à DGR." Sandoval de Souza Pinto  
749 Filho/Sociedade civil: "Bom dia, Sandoval de Souza Pinto Filho, membro da União de Associações Comunitárias de  
750 Congonhas e outras entidades aqui em Congonhas. Eu gostaria de inicialmente fazer coro, prestar nossa  
751 solidariedade ao corpo de funcionários do Sistema Estadual de Meio Ambiente e mostrar um caso prático que  
752 estamos passando por ele aqui em Congonhas, que é um ofício da própria prefeitura que foi enviado à SEMAD. Acho  
753 que não vai dar tempo de passar esse ofício, senhor presidente. Eu passei o ofício para a Sabrina. E esse ofício foi  
754 respondido por talvez um robô, alguma coisa assim, automática, numa resposta automática, e ele é da Prefeitura  
755 Municipal de Congonhas, reportando riscos para bens patrimoniais no andamento de uma obra que foi licenciada  
756 aqui neste Conselho, a Pilha Fraile 3 e 4, da CSN. Então está no chat o ofício da prefeitura, está um TAC do Ministério  
757 Público, chamado TAC Arqueologia. E o que nós temos a ressaltar aqui é que Congonhas, como patrimônio mundial  
758 pela Unesco, é Cidade dos Profetas, também virou cidade da poeira, cidade das barragens. Nós temos de 4 mil a 5  
759 mil pessoas morando debaixo de barragem, da barragem Casa de Pedra, que por coincidência ou não, senhor  
760 presidente, senhores conselheiros, quem estiver assistindo esta reunião, em 2012, 2013, ela foi alreadia sem a licença  
761 regular e teve um auto de infração da FEAM e tudo. E hoje é esse monstro que está aqui, com 63 milhões m<sup>3</sup> em cima  
762 de 4 mil pessoas. Agora, essa Pilha Fraile 3 e 4 contou até com visita do Sr. Fernando Benício lá em 2024, em maio,  
763 quando foi licenciada aqui na CMI/COPAM. Ela tem esse ofício da prefeitura realçando riscos, pedindo providências  
764 à FEAM, e recebida uma resposta automática, um ofício de setembro e outro ofício agora de outubro, reiterando.  
765 Então nós estamos muito preocupados porque a situação está caminhando novamente para fato consumado,  
766 enquanto que a prevenção deveria ser o orientador maior dos trabalhos de uma Secretaria de Estado do Meio  
767 Ambiente. Parece que o Sr. Zema está mais preocupado em vender a Copasa do que em resolver as questões dessa  
768 greve, em privatizar a Copasa, como a gente viu ontem à noite na Assembleia. Então fica o alerta de Congonhas sobre  
769 o fato de que a greve está afetando severamente, colocando em riscos vida, bens, patrimônio e sabe-se lá mais o  
770 quê. Com essa emergência climática aí. Essa pilha, por exemplo, que eu estou citando, tem 300 ha de terra e vai ter  
771 217 m de altura, em frente a dois chacreamentos e próximo também, a jusante de um bairro que já moram 4 mil, 5  
772 mil pessoas, debaixo de 63 milhões m<sup>3</sup> de rejeito, que é a barragem Casa de Pedra." Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
773 Trovão: "Sr. Sandoval, me desculpa interrompê-lo, é porque o prazo do senhor de 3 minutos já ultrapassou. Eu vou

774 ter que chamar o próximo inscrito. Agradeço a participação do senhor. Lembrando que o senhor passou algumas  
775 coisas para a gente aqui no chat. Eu coloquei, pedi para colocar o e-mail de todos os conselheiros, e aí os senhores  
776 poderão fazer uso disso encaminhando aos conselheiros as informações que foram repassadas nesse momento.”  
777 Maria Luísa/Sociedade civil: “Bom dia, eu me chamo Maria Luísa, eu sou assessora da deputada estadual Bela  
778 Gonçalves. Eu gostaria de dar um salve à luta dos servidores que estão em greve, em luta por melhores condições de  
779 trabalho. Gostaria de deixar aqui registrado que o nosso mandato, acolhendo o pedido dos movimentos  
780 socioambientais, a gente apresentou uma representação junto ao Ministério Público Federal com relação às várias  
781 questões que estão envolvendo esses dois licenciamentos sobre terras raras. Nós pedimos nessa representação,  
782 colocamos vários pontos aqui, exigindo audiências públicas, debates e alegamos alguns pontos com relação a esse  
783 absurdo que é essa forma de licenciar sobre esse território que é tão importante para nós. E aí, pessoal, não vou me  
784 delongar muito, mas gostaria também de deixar registrado que nós estaremos atentos aos desdobramentos com  
785 relação aos retornos de vista desses conselheiros que solicitaram. Gostaria de deixar também registrado que o nosso  
786 mandato reafirma o seu compromisso com a luta em defesa do meio ambiente e se soma à luta das comunidades,  
787 entidades, dos pesquisadores que defendem um licenciamento ambiental sério, técnico e transparente, que  
788 realmente proteja a vida, a biodiversidade e a soberania nacional. E também deixar aqui registrado que o nosso  
789 mandato, em conjunto com outros parlamentares, deputada Bia e o deputado Leleco, vamos realizar uma audiência  
790 pública na Assembleia Legislativa ainda no mês de novembro, antes mesmo desta próxima reunião do COPAM. Então  
791 eu gostaria de deixar aqui também o convite para todo mundo. É isso, pessoal, nós seguimos firmes na luta.”  
792 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Assim, nós finalizamos com os ‘Assuntos Gerais’. Eu havia feito inversão  
793 da pauta.” **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira  
794 Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

#### APROVAÇÃO DA ATA

---

795  
796  
797  
798  
799 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
800 Presidente da Câmara de Atividades Minerárias